

CONFIANÇA OU CABRESTO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL DE UM GRUPO EVANGÉLICO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012

Livia Reis Santos¹

RESUMO: O crescimento acelerado das religiões “neopentecostais” e sua participação cada vez mais incisiva no espaço público brasileiro vêm, cada vez mais, suscitando questionamentos acerca do comportamento eleitoral da parcela da população cuja crença é identificada como “evangélica”. No entanto, a representação patológica e estigmatizada constantemente associada aos evangélicos pela mídia, pelo senso comum e até mesmo pela Academia dificulta a compreensão da real complexidade deste fenômeno, num universo onde as fronteiras entre política e religião são bastante permeáveis. Neste sentido, o presente trabalho introduz uma reflexão acerca da articulação entre fiéis, igrejas, políticos e o voto, e, utilizando-se de dados etnográficos, insere nesta discussão considerações sobre cultura política e relações de confiança como fatores potencialmente determinantes na escolha de um candidato, para, assim, tentar afastar eventuais conclusões utilitárias ou reducionistas.

PALAVRAS-CHAVE: evangélicos, comportamento eleitoral, voto de adesão.

Recebido em: outubro de 2012

Aceito em: maio de 2013

Para citar este artigo:

SANTOS, Livia; Confiança ou cabresto? Considerações sobre o comportamento eleitoral de um grupo evangélico nas eleições municipais de 2012. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 4, no1, p. 73-92. DOI: 10.12957/intratextos.2013.6715

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. O presente artigo foi escrito em novembro de 2012, a partir das primeiras impressões do trabalho de campo realizado para sua dissertação de Mestrado apresentada em março de 2013, com o título “‘A gente chega lá!’: Política e voto a partir da perspectiva de um grupo evangélico”. Bolsista CNPq. E mail: liviareisa@gmail.com.

Introdução

“Levantou-se da cadeira com os bicos do colarinho em riste, pegou uma gravata vermelho-sangue e, com o queixo colado ao peito, passou à confecção do nó. ‘Então, quer dizer que eu tomo dinheiro há vinte anos dos pobres coitados e nenhum deles reclama? O cara lá do raio que o parta me dá 10 mil contos porque ele é um burro e eu sou uma fera, porque ele é ingênuo e eu fiz lavagem cerebral nele?’, protestou, enquanto conferia a gola no espelho. ‘Isso é preconceito da elite, que acha que todo evangélico é tapado, idiota, a ralé da classe social explorada por um malandro. O cara dá oferta porque sabe aonde eu invisto a grana dele, porque ele confia no trabalho que fazemos aqui e não quer que ele acabe’”. (SILAS MALAFAIA).²

Os dados coletados durante o Censo de 2010 e que foram divulgados recentemente pelo IBGE³ revelaram a nova disposição das religiões no Brasil: um decréscimo de quase 10% no número de católicos – cujo percentual passou de 73,6% para 64,4% –, e um crescimento da população evangélica, de 15,4% para 22,2% na década, sendo 60% do segmento formado por pentecostais. A complexidade deste cenário vem acompanhada da inserção cada vez maior da parcela da população cuja crença é identificada como evangélica⁴ no espaço público. Para além da força política demonstrada pela bancada evangélica desde a Constituinte, em 1986, foi criada em 2004 a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), hoje formada por 79 congressistas, de 17 confissões, 13 delas pentecostais, e cuja atuação se caracteriza por um tradicionalismo moral no que diz respeito a assuntos de maior clamor popular (homossexualismo, aborto, drogas etc.)⁵.

O presente artigo se propõe a superar as análises tradicionais sobre comportamento eleitoral, “as quais conferem ao eleitor brasileiro um caráter enigmático” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p.22), e buscar caminhos que apontem os motivos pelos quais o eleitor evangélico adere a uma ou outra facção da sociedade na hora de determinar seu voto. Para tanto, é de fundamental importância entender a diversidade de concepções nativas sobre alguns dos importantes componentes do processo eleitoral, tais como poder, política e

² Frase retirada da entrevista concedida à Revista Piauí, edição número 60, publicada em outubro de 2011. Entre os diversos assuntos abordados, destacam-se as características da Igreja sob seu comando, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, sua arrecadação monetária e sua opinião sobre assuntos polêmicos, tais como, política, feminismo, aborto e homossexualismo.

³ Dados retirados do site oficial do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/> (acessado em 20.07.2012).

⁴ O termo evangélico será aqui utilizado como categoria abrangente, primeiramente em virtude da adequação deste termo para designar “os seguidores de igrejas reformadas e pentecostalizadas que se destacam recorrentemente no campo religioso por adotarem a atitude de ‘evangelizadores’”, e, em segundo lugar, pelo fato deste trabalho abordar a concepção nativa tanto sobre política quanto do termo que usam para se identificar diante da sociedade em geral.

⁵ Dados retirados do site oficial da Frente Parlamentar Evangélica, no domínio: <http://www.fpebrasil.com.br/> (acessado em 20.07.2012).

representação ao invés de reduzi-las a uma atividade limitada ou previsível. É justamente a opção por este modelo de análise que me permite apontar caminhos e conferir novas formas de inteligibilidade a uma questão que se apresenta cada vez mais claramente e mostra sua força decisiva em esferas importantes da vida social: o “voto evangélico”.

Apesar de soar antagônico, busquei ampliar meu campo de análise observando um grupo específico, o Ministério Jovem da Igreja Internacional da Graça de Deus em Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, num período de cinco meses que englobou o antes, o durante e o depois das eleições municipais. Neste sentido, busquei ser fiel a dois caminhos: o primeiro aborda mais positivamente o segmento evangélico, representando-os como aqueles que buscam na igreja “uma dignidade possível” (MESQUITA, 2006: 174), isto é, como personagens que buscam dar outro sentido à sua experiência a partir de uma leitura religiosa, enquanto o segundo considera que as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem as ações (políticas propriamente ditas ou não), “mas atravessam diferentes unidades sociais, indivíduos ou não, incutindo-lhes significados” (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p.7).

A epígrafe com a qual inicio este texto, uma afirmação do pastor Silas Malafaia, encerra aqui uma dupla função: primeiramente, atentar para o estigma de “ignorantes” ao qual os evangélicos são constantemente associados, e, depois, servir como pano de fundo para se pensar as relações entre evangélicos, políticos e igrejas, principalmente no que diz respeito ao seu comportamento eleitoral. Faz-se importante ressaltar que tanto a mídia⁶ quanto a academia (ORO [2011], MACHADO [2006]) vêm deixando uma lacuna ao descrever, muitas vezes, o segmento “evangélico” como um todo uniforme, cujo comportamento eleitoral não seria autônomo e marcado inexoravelmente pelo “clientelismo”⁷, sem que se faça uma análise aprofundada, tanto do conceito de clientelismo quanto das questões subjetivas inerentes a este processo.

Aí, então, se encaixa a pretensão de agregar às análises políticas tradicionais a percepção subjetiva do indivíduo sobre o que é política, articulando teoria e prática, e,

⁶ A grande mídia costuma tratar o eleitorado evangélico como um nicho eleitoral de extrema importância que se caracteriza pelo comportamento clientelístico. Tal fato pode ser verificado, entre tantas outras, nas seguintes matérias: “Evangelho segundo os políticos” (Revista Veja, junho de 2004); “Guerra por votos Evangélicos” (O Dia, 11 de outubro de 2004); “Pré-candidatos à Prefeitura no Rio miram em votos evangélicos” (O Globo, 19 de março de 2012).

⁷ Entendido pelo senso comum, basicamente, como uma relação de troca assimétrica presente nas mais variadas relações sociais e que traz vantagens prioritariamente para aqueles que pertencem à classe política.

consequentemente, apontando caminhos distintos para compreensão da cultura política brasileira e da nossa democracia.

“Não se trata aqui de imaginar que o “ideal” se oponha às “práticas”. Ao contrário, é apenas sob o pano de fundo do semi-ideal da democracia representativa que práticas como as que produzem o eleitor ou a profissionalização da política podem fazer sentido e funcionar. Do mesmo modo, é apenas apoiando-se sobre práticas dessa natureza que a idéia de democracia representativa pode sobreviver e continuar a ser sustentada contra todas as evidências do cotidiano”. (GOLDMAN, 2002:315)

Ainda no que diz respeito ao direcionamento deste artigo, além da hierarquia naturalmente existente na relação entre fiel e Igreja, considerar-se-ão as relações horizontais estabelecidas entre os fiéis, uma vez que a integração ali promovida cria uma forte rede de apoio e ajuda mútua, conforme explicitado por Luiz Eduardo Soares (1993):

“Desgarrados, os grupos populares voltam-se para seus sócios de infortúnio, criando suas próprias redes de solidariedade e competição, aliança e disputa. As referências positivas ou negativas estão ao lado, e não em cima. (...) As classes subalternas se ligam entre si, organicamente, através da principal de suas linguagens, a religiosidade”. (SOARES, 1993, p. 207)

Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que alguns aspectos serão preteridos, embora não sejam menos importantes, ao passo que outros que poderiam ser secundários serão relevados. Sendo assim, as discussões sobre laicização ou secularização do Estado serão suprimidas, pois, muito embora a defesa incondicional de certos aspectos morais coloque muitas religiões evangélicas na contramão de importantes valores contemporâneos, compartilharei o entendimento de Ari Pedro Oro segundo o qual “a interpelação política do pentecostalismo não parece, portanto, carregar consigo um afrontamento ou um questionamento dos fundamentos da democracia republicana. É até possível que a presença pentecostal na política facilite a inserção neste campo de indivíduos que não fosse assim permaneceriam em sua margem” (ORO, 2011, p. 392).

Seja como for, a força política detida pelos evangélicos é significativa e envolve uma série de variáveis que não podem ser desconsideradas. É diante desse quadro, discutindo o campo e suas peculiaridades, que buscarei lidar com a complexidade das relações entre fiéis, políticos e Igreja e apontar uma direção para compreensão de seu comportamento eleitoral sem cair numa visão utilitária e reducionista.

Breve histórico: a rápida difusão “neopentecostal” e a presença na política

Considerada uma referência quando se fala em “neopentecostalismo”, a Igreja Universal do Reino de Deus – daqui em diante denominada simplesmente como IURD – além de sucesso, fez “escola”. Romildo Ribeiro Soares, co-fundador da IURD em 1977 junto com seu cunhado Edir Macedo, desligou-se desta após divergências internas para fundar sua própria Igreja. Em 1980 surgiria nesse cenário a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), em muitos aspectos uma continuidade litúrgica da Teologia da Prosperidade proclamada pela IURD, muito embora não tenha alcançado a visibilidade conquistada pela “irmã mais velha”. Fora isso, a Igreja comandada pelo Missionário (título pelo qual R. R. Soares se apresenta) também possui um aparato midiático invejável: além de comandar o programa Show da Fé em três diferentes canais abertos, administra o Portal da Igreja da Graça na internet, além de revistas como a Carta Viva e a Graça Show da Fé, emissoras de rádio, jornal próprio, e, por fim, seu mais novo investimento, a RIT, Rede Internacional de Televisão.

Outra dissidente da IURD, a Igreja Mundial do Poder de Deus, liderada pelo Apóstolo Valdomiro Santiago surge em 1998 para acirrar ainda mais a disputa por fiéis. Se em princípio a disputa direta era com a IIGD, a Mundial é hoje, segundo reportagem publicada pela “Folha de São Paulo”⁸, a maior concorrente da IURD e conta com 3.200 templos pelo Brasil – a Universal tem em torno de 5.000 – e uma extensa cobertura televisiva entre evangélicos, com gastos mensais que atingem cifras milionárias.

O trabalho de Ricardo Mariano (1995) destaca os três pontos principais na estrutura teológica do “neopentecostalismo”: a valorização do papel axiomático das entidades demoníacas e da cura divina, a influência da teologia da prosperidade e a liberalização de usos e costumes em comparação aos “pentecostais clássicos”. “Esse conjunto de características – ao lado da incorporação de feições empresariais, da entrada na política partidária e do uso intensivo da mídia eletrônica – revelaria, segundo o autor, o significado mais profundo assumido pelo ‘neopentecostalismo’: dessectorização e ajustamento à sociedade” (MARIANO *apud* GIUMBELLI, 2002, p. 306).

A estratégia da IURD, no entanto, vem pautando não só o campo religioso, mas também a presença evangélica na política. Em 1986, eram 33 deputados evangélicos, sendo que 22 pentecostais. Atualmente, a proporção é um pouco maior. Em 2006 totalizavam 43 e em 2010, 63 deputados evangélicos (ORO, 2011). Tal participação, no entanto, nem sempre constituiu

⁸ Dados retirados da matéria “Universal perde fiéis para rival ‘milagreira’”, publicada pela “Folha de São Paulo” em 15 de abril de 2012.

uma unanimidade. Em 1994, o Pastor Caio Fábio – representante da AEvB (Associação Evangélica Brasileira) – interferiu nas disputas eleitorais dirigindo aos evangélicos um “decálogo do voto ético”, que, entre outras coisas, enfatizava a “desvinculação entre a escolha eleitoral, de um lado, e, de outro, as indicações eclesiais ou a religião do candidato” (GIUMBELLI, 2002, p. 357). Em contrapartida, várias das Igrejas que naquele momento apoiaram a AEvB estão hoje representadas no Congresso.

Comportamento eleitoral: uma breve análise

“De um lado, eles [os protestantes] reproduzem as relações clientelísticas que atravessam a história política do Brasil; de outro lado, eles tendem a reproduzir na esfera política uma prática religiosa que ocorre diariamente nas igrejas, de atenderem as demandas dos fiéis. Em ambas as situações, pastores, agora políticos, se impõe como intermediários: entre os homens e as divindades, no campo religioso, e entre os eleitores (ou as igrejas) e o estado, na esfera política”. (ORO, 2011: 391)

O comportamento eleitoral é um tema relevante àqueles que se preocupam com as condições de construção e funcionamento de regimes democráticos. Conforme podemos verificar no trecho acima, é comum vermos a bibliografia específica e a mídia em geral tomando o clientelismo como um dado quando se referem à prática dos políticos evangélicos e ao comportamento eleitoral dos fiéis. No entanto, entendo que algumas questões precisam ser problematizadas antes de se recorrer ao conceito de clientelismo para caracterizar as relações existentes entre fiéis, Igreja (neste caso como mediadora) e políticos e, por consequência, vincular a essa relação o comportamento eleitoral dos fiéis.

Muitos autores importantes (PIERUCCI, MARIANO, ORO) compartilham o entendimento de que a “entrada dos evangélicos na política está associada a duas motivações importantes: uma de ordem simbólica e outra de ordem prática. A primeira deve-se a uma construção narrativa de necessidade de purificação da política. A segunda seria defender no parlamento os interesses das próprias igrejas e estabelecer relações com o poder público que lhes assegure benefícios”. (ORO, 2011, p. 390). A IURD, por exemplo, diante da retórica persecutória com a qual é constantemente confrontada, passou a exaltar – como uma das estratégias de defesa – suas ações assistenciais, cujo carro-chefe se chama Associação Beneficente Cristã (ABC). Criada em 1994, a ABC se destaca no atendimento e na capacitação profissional da população de baixa renda e na distribuição de cestas básicas, roupas, remédios a instituições filantrópicas, demonstrando, assim, sua tripla função: “garantir

legitimidade diante de toda comunidade evangélica, criar relações positivas com o Estado e assegurar sua passagem para a esfera política”. (GIUMBELLI, 2002, p.346-351)

Se o engajamento religioso favorece o surgimento de novas lideranças locais, e, conseqüentemente, o surgimento de relações de troca entre os atores ali envolvidos, também cria uma forte rede de solidariedade com a qual o fiel pode contar a qualquer momento. No entanto, o acionamento pelos atores políticos da pertença religiosa como principal recurso eleitoral não significa garantia de voto. Por esse motivo, volto a repetir, vincular diretamente ações assistenciais, carisma e fé ao comportamento eleitoral pode se mostrar precipitado, tornando-se de suma importância pensar essa relação – bem como seus mecanismos e metamorfoses – a partir de outras perspectivas.

Guiada pela necessidade de produzir tais deslocamentos no estudo das eleições e do voto, afastarei alguns pré-conceitos, tais como a suposta irracionalidade à qual o voto do eleitor brasileiro é não raramente associado, principalmente se esse eleitor é vinculado a alguma religião. Neste sentido, Marcio Goldman e Ronaldo Sant’Anna afirmam:

“Trata-se de reconhecer que no voto está envolvido em uma rede de forças que transcende em muito o domínio do que se convencionou chamar de política. É hora de deixar de trabalhar com a concepção apriorística do que seja política, concepção raramente compartilhada pelos agentes sociais efetivos. Reconhecer que existem diferentes formas de pensar e viver o político e de que essas concepções informam de modo específico a prática e as demais representações dos agentes e isso parece um passo preliminar para a renovação dos estudos a respeito desse campo, afastando-nos dos fantasmas da irracionalidade” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p.30).

Isso significa que os motivos que podem vir a definir o voto são diversos e estão sujeitos a múltiplas variáveis que podem até ser hierarquizadas, mas nunca previstas antecipadamente. Afasto-me também da ideia da falta de acesso à informação da grande massa do eleitorado: apesar de não ser uma realidade geral, a maioria dos jovens com os quais este trabalho de campo foi realizado tem curso superior e acesso à internet livre. Por fim, pauto a presente análise na dimensão subjetiva do próprio grupo e dos indivíduos que o compõem, uma vez que não considero suas relações com o poder institucionalizado, como o Pastor, por exemplo, como puramente passivas, mas uma troca na qual as duas partes se influenciam reciprocamente. Em suma, é partindo do voto e dos pressupostos acima colocados para sua análise que tentarei encontrar questões mais amplas que permitam não apenas entender o objeto do presente trabalho, mas lançar luz sobre o que “está em jogo nas

estruturas políticas que articulam uma sociedade como a nossa” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p. 36).

O campo

“– Você já é evangélica?”

Essa indagação me foi feita por uma “evangelista” na porta da sede estadual da Igreja Internacional da Graça de Deus, em Madureira, bairro do Rio de Janeiro. Ao dizer que não, ela gentilmente me convidou para entrar e me mostrou as dependências da Igreja. Como é possível perceber, o primeiro contato com o campo me confrontou diretamente com uma questão teórica: enquanto eu, pesquisadora, me preocupo em classificar os tipos de pentecostalismos existentes, eles se representam como pertencentes a uma mesma comunidade, um único “Povo de Deus”: os evangélicos. Essa percepção se confirmou durante as idas aos cultos e nas entrevistas a alguns pequenos grupos (de jovens e de mulheres), motivo pelo qual decidi me posicionar e escolher a denominação “evangélica” para designá-los ao longo do presente artigo. É assim que eles se identificam e formam a ampla rede de solidariedade ali estabelecida. Os fiéis se conhecem pelo nome, dividem momentos íntimos, curam suas doenças e, por isso, formando uma só família, todos dão “Glórias a Deus”.

Com a proximidade das eleições municipais de 2012, optei por acompanhar mais sistematicamente as atividades da IIGD em Madureira. Ali, a presença do Dr. Jorge Manaia (PDT) – médico, professor universitário, vereador candidato a reeleição e membro da Igreja Internacional da Graça de Deus apoiado por seu fundador, o Missionário R.R. Soares – é uma constante. Durante os cultos, o próprio Missionário se reporta vez ou outra ao “Doutor” para tirar dúvidas acerca das doenças que afligem os fiéis e que são curadas pelo Missionário bem ali, em cima do púlpito, se a pessoa tem fé suficiente.

Por mais de uma vez escutei os Pastores falando sobre a orientação – determinada pela hierarquia da Igreja – de não se fazer propaganda política no púlpito. Ao questionar o motivo, responderam-me que a intenção seria evitar acusações de utilização da fé para persuasão dos fiéis, muito embora a prática seja proibida por lei⁹. No entanto, algumas concessões são

⁹ As Igrejas são equiparadas a locais públicos por se tratarem de bens de propriedade privada que se destinam à frequência pública, nos moldes do art. 37 da Lei n.º 9.504/97.

permitidas, tais como orar por aquele que recebeu, nas palavras do Pastor, “a missão de ajudar a colocar a cidade do Rio de Janeiro no caminho de Jesus”. Com a proximidade do pleito eleitoral, no entanto, tais orientações foram quebradas pelo próprio R. R. Soares, que por mais de uma vez chamou Dr. Manaia ao púlpito, lhe deu um forte abraço e exclamou:

“Este cara é um cara sério. Um homem de Deus. A gente precisa ter gente de Deus lá, porque senão eles fazem o que querem. Sabiam que eles querem liberar o aborto? Matar as criancinhas todas? Com a nossa gente lá isso não vai acontecer. Eu confio no Manaia, vocês confiam?”

Em uníssono, todos responderam que sim, entre gritos de “Aleluia!” e “Glória a Deus”. Na saída do culto em Madureira – cuja sede abriga 1.500 pessoas confortavelmente sentadas –, também é permitido que o candidato faça um corpo-a-corpo com os fiéis, distribua panfletos, estenda a imensa faixa na qual aparece abraçado a R.R. Soares e coloque o carro de som com seu *jingle* de campanha que dizia: *A gente chega lá!* Aliás, o ato é muito mais que um corpo-a-corpo. Os fiéis se dirigem a ele com bastante intimidade, intimidade de “irmãos em Cristo”, e pedem conselhos pessoais, conselhos médicos, conversam sobre a Igreja, os projetos que estão sendo desenvolvidos para os jovens da comunidade, entre outras tantas coisas, haja vista que o Dr. Manaia também é responsável pelos cursos profissionalizantes de informática oferecidos gratuitamente pela Pro-Graça a qualquer pessoa que queira se inscrever.

A característica marcante é, sem dúvida, a forte rede de sociabilidade da qual os fiéis fazem parte. Há grupos de mulheres, grupo de jovens, grupo de terceira idade, cursos de capacitação profissional e um estímulo à convivência quase que diária na Igreja. Embora haja diferenças doutrinárias, as sedes da Igreja Universal do Reino de Deus e até mesmo da Assembleia de Deus que visitei ao longo do ano de 2012 mostraram que o modo de relacionamento entre os fiéis é relativamente parecido. Em comum, há o fato de que todas têm um representante eleito, (deputados, vereadores e até mesmo senadores) e essa é uma questão que vem ocupando constantemente os jornais, num sinal claro de que o comportamento eleitoral do segmento evangélico, como um todo, já deixou de ser uma questão restrita aos cientistas sociais e desperta curiosidade e opiniões controversas inclusive nos mais leigos: afinal, como votam os evangélicos?

O ministério jovem de madureira

Após assistir a alguns cultos, entendi que precisava me deter sobre um grupo específico e as circunstâncias me levaram ao Ministério Jovem, formado por um total de quase 300 jovens entre 15 a 30 anos. Acompanhei mais especificamente as reuniões do grupo dos mais velhos (e eleitores), entre 18 e 30 anos. Já no primeiro dia fui amavelmente recebida por Cris, e, após explicar o meu trabalho, ela me levou ao Pastor responsável que deveria autorizar ou não a minha presença como pesquisadora. Com a resposta positiva, passei a frequentar semanalmente o grupo. Todos se conhecem ali e a presença é controlada por meio de uma lista que contém nome e telefone de cada jovem fiel. Se o “irmão” falta, eles ligam para saber se algo grave aconteceu: “– O importante é que ele esteja feliz. Se não estiver, a gente corre pra socorrer!” – completa Cris. A reunião é constituída por um momento de louvor e oração e outro de debate, onde diversas questões são abordadas, incluindo a sexualidade e o amor. O roteiro do encontro está contido numa apostila que é lida pelo Pastor. As perguntas são por ele conduzidas e questionam, por exemplo, como deve ser um “namoro de Deus”; se nos apaixonamos pela pessoa correta para alcançar o casamento; o motivo pelo qual o sexo antes do casamento não é aceito etc. A Bíblia é acionada a cada novo tópico de discussão para basear as explicações às questões colocadas.

O grupo é bastante heterogêneo, tanto em relação à idade quanto à classe social, e, embora o ponto de vista em relação à doutrina religiosa seja mais homogeneizado, tal fato não impede discussões acirradas na hora em que cada um manifesta como se deve agir em uma ou outra situação. Pelas entrevistas, ficou claro que há ali algumas divisões internas, seja pela função que cada jovem tem dentro do Ministério (alguns, como a Cris, têm funções de coordenação), seja entre as pessoas que tiveram um passado “do mundo” e aqueles que cresceram na Igreja, seguindo os preceitos divinos. O grupo também é frequentado por jovens já casados. O Pastor é jovem, casado, tem um filho recém-nascido e também já foi “do mundo”. No dia 7 de outubro, domingo de eleições e dia de grupo jovem, vestia uma camisa com o adesivo do Dr. Jorge Manaia. Com vários adesivos na roupa também estava outro jovem de 18 anos, Tiago. O Pastor brincou com ele perguntando se ele estava ganhando dinheiro para fazer campanha. A resposta estava na ponta da língua: “- Que isso, pastor! Só de ter uma pessoa de confiança representando o povo de Deus eu já fico muito orgulhoso”. Todos riram.

Diante das limitações do espaço, me deterei a apresentar brevemente três trajetórias pessoais, nas quais poderemos perceber a representação de cada uma sobre o que é política e o

motivo pelo qual seus votos foram definidos. Começo pela própria Cris. Formada em Administração pela UERJ, Cris é evangélica desde os oito anos de idade (iniciou a trajetória na IURD) e frequenta a Igreja Internacional da Graça desde os 14. Percebi que sua responsabilidade ali é grande e sua presença sempre solicitada. Tudo o que lhe é pedido ela procura atender com o mesmo jeito amável com o qual me recebeu pela primeira vez, afinal, “– Devemos tratar as pessoas como queremos que elas nos tratem”, diz ela. O Ministério Jovem é dividido em cinco grupos: Artes, Administração, Intercessão, Evangelismo e Louvor. O grupo da Administração ainda tem uma subdivisão: Recepção, Tesouraria, Marketing e Eventos. Cris cuida da Tesouraria e da Recepção. Durante as nossas conversas, percebi que o seu discurso em relação à política é muito parecido com o dos pastores da Igreja que escutei durante os cultos: a de que eles precisam ser representados por alguém que defenda suas posições no que diz respeito a valores morais (aborto, drogas e homossexualismo), mas principalmente na defesa de seus direitos ao livre exercício da opção religiosa, seja na rua, garantindo a realização de encontros capazes de reunir os milhares de fiéis assim como os gays reúnem milhares na Parada Gay, seja na luta para que seus projetos de construção de templos e obras não sejam embargados, dando como exemplo os casos ocorridos em São Paulo e a Lei do Psiu¹⁰. Embora reproduzindo o discurso da Igreja a qual pertence, Cris foi capaz de argumentar os motivos pelo qual seu voto caminhou na direção da orientação dada pela Igreja, parando para pensar em algumas questões que eu coloquei acerca da laicidade do Estado, concluindo sua fala sobre a separação entre política e religião da seguinte forma:

“– Acho importante que sejamos os mais imparciais possíveis, mas se a gente não se preocupar em defender os nossos direitos, ninguém vai fazer, porque, afinal, todo mundo tem uma religião ou uma posição em relação a isso (caso não acredite em nada). Não tem como separar. A pessoa que está lá é uma só”.

Clara é formada em Direito e tem 24 anos. Sua posição dentro daquele grupo é oposta a de Cris. Clara tem opiniões contundentes em relação a pessoas de dentro do próprio grupo que, segundo ela, não agem como prega a conduta religiosa e por mais de uma vez a vi fazer críticas diretas aos comportamentos de seus colegas: “– Tem um monte de gente aqui que diz que segue a palavra de Deus, mas quando um irmão tá no chão, ninguém o ajuda a levantar!”. Clara já foi “do mundo”, embora frequentasse a igreja desde criança. A conversão só

¹⁰ O PSIU (Programa de Silêncio Urbano) é uma antiga lei em São Paulo – e que já não está mais em vigor nos termos antigos - que nivelava templos religiosos a bares, boates e outros comércios com música e bebidas alcoólicas. Segundo a lei antiga do PSIU, a qualquer momento um fiscal poderia chegar em um templo religioso e impedir um culto ou uma vigília, por exemplo. A palavra deste fiscal era suficiente para tanto, sem necessidade, inclusive, de denúncia. A lei foi afrouxada já em 2010, conforme matéria da Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u708024.shtml> <acessada em 24.10.2012>.

aconteceu mesmo há quatro anos, durante um retiro de carnaval. Por isso, ela afirma, sofre preconceito ali por parte de outros que se consideram “mais puros”. Quando adentramos na conversa sobre voto, ela foi logo se colocando a favor do argumento que diz respeito à necessidade dos evangélicos terem representantes na Câmara, ressaltando, no entanto, que não se restringe a ele. Se o candidato indicado pela Igreja não demonstra se preocupar com aspectos importantes para a sociedade tais como saúde, educação e violência, não tem o seu voto. “– Não é o caso do Dr. Manaia. Pesquisei o trabalho dele e vi que ele é muito atuante e sério”, disse ela, referindo-se a um jornal distribuído na porta da Igreja que explicava todo o trabalho desenvolvido pelo Dr. Manaia nos últimos quatro anos e seus projetos para os próximos quatro. Quando perguntada se votou nele, ela disse: “– Não. Votei no candidato que meu pai pediu que eu votasse, pois era um cara que ajudou ele. Mas no dia da eleição eu mandei mensagem pra três amigas pedindo voto pro Dr. Manaia, já que eu não ia poder votar nele”.

Maria é a mais nova convertida dali. Tem 28 anos, vem de uma família “secular” e resolveu se converter por causa da cunhada, junto com o namorado, há um ano e sete meses. Sua família não aprova. Por morar numa casa pequena, divide o quarto com os dois irmãos (um homem e uma mulher, ambos mais velhos que ela) e é obrigada a conviver com o desrespeito à sua crença. Formada em Dança pela UFRJ, também se considera excluída na Igreja por ter sido “do mundo” por muito tempo: “– O pessoal da Arte é muito louco. Bebem, usam drogas, se relacionam com homem e mulher e todos ao mesmo tempo. Ainda bem que eu consegui sair dessa vida”.

Hoje ela dá aula de dança numa academia para a terceira idade em Cascadura e está muito satisfeita com a nova vida. Antes de votar no Dr. Manaia, pegou o panfleto para ver o que de fato ele tinha feito em seu mandato anterior e entendeu que ele era um bom político, preocupado com as causas sociais, além de ser da Igreja. Disse que se não fosse assim, procuraria um candidato que se solidarizasse com a questão da cultura, que tivesse projetos que trouxessem benefícios ao segmento profissional do qual ela faz parte e de onde sai sua renda, a dança.

Quando perguntei a Clara e a Maria se seus votos eram então definidos pela confiança, ambas exclamaram que não: “– Político rouba mesmo. Não tem jeito, não dá pra confiar.

Vamos pegar o caso do Eduardo Paes¹¹, por exemplo: ele ajudou muita gente que eu conheço, melhorou a vida do pessoal que mora por aqui. A gente tem que levar isso em consideração”, ponderou Maria. Ambas disseram que se pudessem definir o motivo pelo qual escolhem o voto, seria a expectativa em relação ao trabalho que o político se propõe a fazer. Contra-argumentei dizendo que se elas esperam alguma coisa do candidato, confiavam nele. Ambas concordaram.

A divergência em relação ao conceito de confiança tem fundamento, uma vez que ele pode assumir diversos significados em contextos variados, principalmente no senso comum. Mesmo por isso, qualquer tentativa de definição do conceito de confiança vem acompanhada por muitas dificuldades. Para a finalidade do presente artigo, devemos partir da ideia de que se quisermos viabilizar a interação com outras pessoas, precisamos constantemente deduzir expectativas sobre suas ações futuras e isso nem sempre é possível de ser feito. Por mais que permaneçamos na condição de incerteza diante de algumas pessoas ou situações, não podemos deixar de tentar atingir nossos objetivos. Por isso, temos que enfrentar os riscos que a conduta do outro poderá nos oferecer. Szompka assim define a confiança:

“A confiança é a estratégia crucial para lidar com a incerteza e imprevisibilidade do futuro. Ela é composta por dois componentes principais: crenças e comprometimento. Quando colocamos confiança nos outros é como se soubéssemos como os outros vão agir. No entanto, a confiança é mais que uma antecipação contemplativa. As pessoas devem também encarar o futuro ativamente, comprometendo-se a uma ação que tem, em parte, consequências imprevisíveis e incertas. Para resumir, a confiança é uma aposta sobre as ações futuras contingentes de outros”. (SZTOMPKA, 2001, p. 15913)

No caso em questão, as duas últimas entrevistadas (e aqui excluo a Cris porque ela afirmou ter total confiança no candidato escolhido) não tinham parado pra refletir sobre a confiança que ambas atribuíram ao candidato, Dr. Jorge Manaia, fazendo com que acreditassem que essa confiança não existisse. A confiança pressupõe que sejam assumidos alguns riscos (neste caso, corrupção, descumprimento das promessas, omissão em assuntos importantes) e, embora as duas personagens tenham uma boa expectativa em relação ao candidato da Igreja, ambas assumem que não podem prever suas ações. Ao mesmo tempo, ficou claro pela fala delas que se apenas algumas das promessas feitas pelo candidato forem cumpridas, a sensação de que a confiança não foi quebrada predomina, pois as respostas favoráveis em assuntos importantes minimizariam os desvios cometidos. A expectativa de confiança varia em graus diferentes, e quando se trata de políticos, percebo que se espera

¹¹ Prefeito do Rio de Janeiro reeleito com 64% dos votos nas últimas eleições.

deles o menor grau possível, isto é, apenas suas qualidades instrumentais: regularidade (método, consistência, coerência, persistência); razoabilidade (boas justificativas aos argumentos, aceita argumentos); eficiência (competência, consistência, disciplina), e nas quais não estão contidas expectativas morais. Em outras palavras, poderia ser traduzido como o velho conhecido “rouba, mas faz”.

Deste mesmo exemplo podemos conceber que a confiança na instituição é algo naturalizado naquele grupo. Isso porque as pessoas também podem ser encorajadas a “confiar” a partir das regras culturais que as rodeiam e que definem a confiança como adequada em determinados casos. Estas mesmas regras são compartilhadas pela comunidade e, conseqüentemente têm grande influência nos momentos em que se deve investir essa confiança em alguém. O papel social do Pastor, por exemplo, inspira o máximo de confiança nos fiéis. Para as três personagens deste texto, é a ele (situado no mesmo patamar que a família) a quem se deve recorrer nos momentos de dúvida. Sua autoridade espiritual é sinônimo de confiabilidade. Durante a campanha eleitoral, sua posição hierarquicamente superior se confunde com a de militante do candidato escolhido pela Igreja, mesmo que a militância se dê por meio de atos sutis, como, por exemplo, a utilização do adesivo do candidato durante os encontros semanais com os jovens. Conseqüentemente, a confiança nele investida em virtude de sua autoridade espiritual passa a transitar entre esses dois papéis.

Tal fato corrobora para rechaçar algo que volta e meia se apresenta como naturalizado em muitas interpretações sobre o voto: a de que ele é uma ação individual e intencional que envolve escolhas. Tomarei aqui a posição de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, que não negam esta possibilidade, é claro, mas entendem que ela não é inquestionável. Quem vota é o indivíduo, mas os laços sociais nos quais este mesmo indivíduo está inserido não podem ser suprimidos da análise acerca de seu comportamento eleitoral. É a esses laços que Mônica Mata Machado de Castro se refere, ao lembrar que "a produção teórica não só a respeito do Brasil (...) está repleta de exemplos do voto identificado como clientelista, não-informado, errático, supostamente não-ideológico" (CASTRO, 1992:7).

Considerando a “política” como uma atividade restrita ao que denominam de “tempo da política”, isto é, o período eleitoral, os autores afirmam que:

“Uma experiência de pesquisa fundada no pressuposto antropológico de que a percepção social que as populações têm dos processos e atividades em que estão envolvidas e de que os significados sociais que investem em suas ações têm

consequências objetivas para os resultados dessas ações sugere-nos que o voto não é necessariamente uma empresa individual, que a questão da intencionalidade pode não ser pertinente, que não está necessariamente em jogo uma escolha; que a importância das eleições pode não se resumir a indicação de representantes ou governantes e que seqüências aparentemente naturais como a que citamos acima podem não ser matéria de lógica, mas de ‘sócio-lógica’”. (HEREDIA; PALMEIRA, 2006, p.37)

Assim, antes de ser uma escolha individual (o que, repito, não implica sua inexistência), o voto é entendido como uma adesão ao segmento (ou facção, nas palavras dos autores) da sociedade ao qual o eleitor – neste caso, evangélico – quer se situar. O voto faz parte de um processo que se sobrepõe ao indivíduo isolado e engloba a família, a Igreja (ou qualquer outra unidade social significativa) com a qual ele se relacione. Em outras palavras, uma adesão ligada diretamente a “laços sociais primordiais” que incluem parentesco, religião, amizade ou vizinhança. A média de ida à Igreja pelas entrevistadas é de três vezes na semana, fato este que indica um elevado grau de comprometimento. No domingo, entretanto, elas permanecem praticamente durante todo o dia. Vão ao culto das 9h, almoçam juntos e ficam para os encontros das 15h (encontro dos jovens de 15 a 18 anos, no qual os mais velhos ajudam) e o das 17h.

“Parentes ou não, as pessoas relacionam-se no dia-a-dia através de múltiplos fluxos de trocas que as vão vinculando umas às outras, confirmando ou não relações preexistentes, cuja interrupção é capaz de gerar conflitos ou redefinir clivagens dentro de uma comunidade”. (*idem*, p. 46)

Muito embora os autores estejam analisando um campo específico¹², é possível destacar que, na luta por adesões, a disputa entre candidatos se dá pelo que chamam de “eleitor de voto múltiplo”, isto é, “aquele que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade, administrando os conflitos capazes de justificar mudanças de lado, ou envolvido por eles” (*idem*, p.54). No entanto, prosseguem afirmando que, num cenário de modernização socioeconômica do país, onde a população trabalhadora rural migra para as cidades e passa a ocupar periferias e favelas, a disputa por votos transgride aquele limite. Abre-se um novo leque de eleitores a serem alcançados, eleitores em potencial, os quais estão numa situação de “disponibilidade”, prontos para aderirem a um ou outro segmento da sociedade, e que, embora deslocados, continuam obedecendo ao mesmo código de manipulação de outrora, isto é, o comprometimento. Para tanto, é necessário que o eleitor não tenha vínculos anteriores ou que os novos vínculos constituídos se sobreponham em grau

¹² A pesquisa se refere às concepções de política e ação sindical entre populações rurais em alguns municípios de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, realizada entre 1988 e 2002.

de importância aos demais. Aí se percebe a grande inversão ocorrida nos últimos anos. A caça ao voto da periferia atua como uma tentativa de “comprometer individualmente eleitores enquadrados socialmente por novos recortes sociais” (*idem*, p.55).

Ressalto, por fim, que o presente artigo se mostra insuficiente para explicitar mais especificamente os motivos pelos quais a teoria da escolha racional – a qual, juntamente com a corrente sociológica e até mesmo com a “integração teórica complexa”¹³, compõe o conjunto de interpretações possíveis para análise do comportamento eleitoral – não foi por mim adotada para analisar este fenômeno. Limito-me, tão somente, a afirmar que, longe de questionar sua legitimidade, importância ou encerrar as possibilidades de uma aplicação futura, considero tal teoria insuficiente para dar conta do fenômeno que analiso. A meu ver – diante da complexidade e da quantidade de fatores que podem vir a condicionar o comportamento eleitoral –, a adoção deste modelo interpretativo tende a simplificar demais a realidade.

Considerações finais

A contribuição aqui oferecida nada mais é que um contraponto para que a controversa discussão sobre o comportamento eleitoral de um relevante segmento da população possa ser levada adiante. O desejo maior é deixar claro que, mais do que uma simples contextualização, a exposição das estruturas sociais e simbólicas que circunscrevem a ação de “votar” conferem a ela um significado demasiadamente complexo. Ao adotar o entendimento de que o voto é, antes de tudo, uma adesão, sou levada a tentar descobrir os motivos desta adesão. O igualitarismo comunitário identificado por Luiz Eduardo Soares aponta para um caminho um tanto esclarecedor, assim como o sentimento de pertencimento a um determinado grupo e as relações de confiança ali engendradas.

No entanto, cabe aqui a reafirmação de um importante ponto: “o pressuposto de uma ação racionalmente orientada (e isso inclui os aspectos econômicos) não é de forma alguma descartado: ‘(...) [Existem] boas razões para se tomar como ponto de partida mais básico e parcimonioso o que se assenta sobre a suposição de racionalidade dos sujeitos atuantes’ (REIS, 1988b *apud* CASTRO, 1992), mas a solução se tornaria simples demais se resumisse a classificar eleitores como racionais ou não-racionais. O ponto é que o voto não deve ser apartado da estrutura social na qual o indivíduo está inserido, e que, como ficou demonstrado,

¹³ Modelo teórico sugerido por Fabio Wanderley Reis (1998b).

condicionam sua visão de mundo, seus objetivos e os instrumentos disponíveis para que tais objetivos sejam atingidos” (CASTRO, 1992, p.19).

Deste modo, antes de vincular o voto evangélico ao carisma do líder da Igreja, por exemplo, há de se considerar, para citar uma das situações possíveis, o trânsito religioso característico do segmento evangélico. Há uma quantidade significativa de fiéis de vinculação não determinada ou em constante trânsito (ALMEIDA; MONTERO, 2001). Desta forma, não seria prudente se falar em vinculação automática entre voto evangélico e indicação do líder denominacional. Para dar outro exemplo, o pesquisador Antonio Flavio Pierucci, em entrevista à Folha de São Paulo, sustenta que não há um “voto de cabresto evangélico”. Em sua opinião, ao determinar estritamente comportamentos e valores, as Igrejas atuam com poder de veto, isto é, levando o fiel a excluir da sua lista de possibilidades de voto aqueles candidatos cujas condutas morais vão de encontro ao que prega a Instituição.¹⁴ Além do mais, cabe ressaltar que o grau de adesão dos fiéis com os quais teve contato é muito forte, com uma média de ida à Igreja de duas ou três vezes na semana. Isso me permite pensar que se mesmo dentre eles há tamanha diversidade de pensamentos e comportamentos políticos, dentre aqueles cujo grau de adesão é mais fraco tal diversidade também há de existir.

De fato, se mostra cada vez mais claro que a compreensão da dimensão cultural do voto, cuja rede de significados permitirá apreender a realidade de um grupo social específico é a perspectiva que melhor dá conta da análise desse fenômeno. Neste sentido, Karina Kushnir afirma:

“Numa sociedade complexa, isto significa pensar na existência de múltiplos planos de cultura dentro dos quais os indivíduos/eleitores transitarão e optarão em determinadas situações. Não se trata de reificar o voto como ação individual, porém pensá-lo regido por regras repertoriais, que dão ao sujeito uma certa margem de trânsito, mas que o mantém dentro dos limites de um leque de opções, um campo de possibilidades definido pela própria sociedade”. (VELHO, 1981 *apud* KUSCHNIR, 1996, p.198)

¹⁴ Em matéria publicada na “Folha de São Paulo” em 17.01.12, o cientista político Cesar Romero Jacob argumenta que a penetração das igrejas na periferia, onde um pastor geralmente já tem ascendência sobre os fiéis, constitui um fator determinante para a valorização das buscas do voto entre os líderes evangélicos, o que não significa que pastores possam impor um “voto de cabresto religioso”. Em São Paulo, por exemplo, “o peso das religiões é diminuído diante da força do PT e do PSDB. São os partidos que dão o tom da disputa na cidade”, diz Jacob. Já Antônio Flávio Pierucci, na mesma matéria, defende que a maior influência das igrejas é o poder de veto. “Não existe voto religioso no sentido de um grupo votar em quem o pastor manda, mas a religião pode levar o cidadão a não escolher determinado candidato que apoia bandeiras contrárias a sua fé”.

A cidade do Rio de Janeiro, em especial o bairro de Madureira – reconhecido por muitos pelo samba e pela presença marcante de religiões afro-brasileiras –, é um cenário bastante complexo. Os atores ali inseridos são confrontados a todo momento com múltiplas referências de ordem simbólica, e, evidentemente, transitam por elas. Isso significa que estão em uma constante relação de troca e sujeitos a eventuais mudanças de facções, como no caso de Clara, que, apesar de confiar no candidato da Igreja votou no candidato do pai, certamente porque o laço familiar se sobrepôs ao da Igreja. Quando perguntei à Maria e à Cris se a família delas apoiava algum candidato específico, ambas disseram que não, mas que repensariam seu voto caso alguém próximo também fosse candidato, fato este que mostra a instabilidade da identidade de cada eleitor.

Durante todo o processo eleitoral, o apelo da Igreja se concentrou nas palavras “representação” e “confiança”, ambas de ordem explicitamente subjetiva e, a princípio, desvinculadas de trocas materiais. Tais fatos me levam a crer que alguns fatores foram importantes para o êxito da campanha e a consequente reeleição do Dr. Manaia, com 15.812 votos: além de sua condição de pertencimento a uma mesma comunidade religiosa, seu pertencimento concomitante ao campo da medicina lhe outorgava autoridade em assuntos como o aborto, por exemplo, bem como transmitia a seriedade necessária. Além do mais, os projetos de lei apresentados em seu primeiro mandato de forma alguma se restringiram às pautas religiosas, mas abarcavam outros campos (aprovou a “Lei do Coraçãozinho”, por exemplo), o que contribui na conquista de um eleitor que seja menos favorável à mistura entre religião e política. Por fim, restou bastante claro que o candidato transmitiu ao fiel/eleitor que não só compreendia sua visão de mundo e seus valores, mas que desejava defender questões mais amplas para o benefício da sociedade em geral.

Ante a todo o exposto, a única certeza que se tem é a de que o “voto evangélico”, assim como o dos demais segmentos da sociedade, não é tão previsível assim. A religião, ao contrário do que é constantemente alardeado por aí, constitui mais um dos muitos aspectos que conferem sentido e determinam o comportamento eleitoral do indivíduo. A presente análise, mesmo que parcial, permite claramente formular as proposições aqui sustentadas, e deixar algumas outras em aberto para que sejam respondidas posteriormente.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. "Trânsito religioso no Brasil". **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, jul./set. 2001. p. 92-100. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a12v15n3.pdf>
- ALVES, Rubem. "A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil". **Religião e Sociedade**, n. 3, 1978
- CASTRO, Mônica Mata Machado de. (1992) "Quem decide o quê. Sujeito e Estrutura no Comportamento Eleitoral". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 20:7-21.
- GIUMBELLI, Emerson. **O Fim da Religião: Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.
- GOLDMAN, Marcio. "Uma teoria etnográfica da democracia. A política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil". **Etnográfica**, 4 (2), p. 311-332.
- GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos S. "Elementos para uma análise antropológica do voto". In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Orgs.): **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. pp. 13-40.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de; PALMEIRA, Moacir. O Voto como adesão. In: **Teoria e Cultura**, Vol. 1, nº 1. 2006, p. 35-58.
- KUSCHNIR, Karina. "Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro". In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Orgs.): **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 183. 202.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006
- MAFRA, Clara. **Os Evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo: os neopentecostais estão mudando**. Dissertação de mestrado, São Paulo, Dpto Sociologia/FFLCH/USP, 1995.
- MESQUITA, Claudia. "Santa Cruz (de João Moreira Salles e Marcos Sá Corrêa): o mundo preenchido". **Sexta Feira (São Paulo)**, São Paulo - SP, v. 8, n. 1, p. 164-181, 2006.
- ORO, Ari Pedro. "Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil". In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 383-395, jul./set. 2011.
- PALMEIRA, Moacir. "Política, Facções e Voto". In: PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro, 1996. p. 41.57.
- REIS, Fábio W. (1988b), "Identidade, política e a teoria da escolha acional". **RBCS**, vol.3, nº 6.

SOARES, Luiz Eduardo. “Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro”. In: **Os dois corpos do presidente e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

SZTOMPKA, P. “Trust: Cultural Concerns”. In: **International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences**. Vol. T-Z, 2001. ISBN: 0-08-043076-7

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 5ª Ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

TRUST OR HALTER? CONSIDERATIONS ABOUT THE VOTING BEHAVIOR OF AN EVANGELICAL GROUP IN THE MUNICIPAL ELECTIONS OF 2012.

ABSTRACT

For some decades the expansion of the neo-Pentecostal churches in Brazil has drawing a upward line. Extrapolating the borders of the religious field, those churches increasingly play an active role in political parties and public space debates, raising questions about the electoral behavior of part of Brazilian population whose faith is identified as ‘evangelical’. At the same time, the diversity of representations and stigmas constantly associated with the evangelicals through the media, the common sense, and even the academy, makes it difficult to approach the real complexity of this process, in a world where the boundaries between politics and religion are quite permeable. In this sense, this paper introduces a reflection on the articulation between believers, churches, politicians and vote, and, using ethnographic data, this thread inserts considerations on political culture and trusts as potential determinants in choosing a candidate, and, thus, try to dispel any reductive or utilitarian conclusions.

Key-words: evangelicals, electoral behavior, political representation.